

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
GABINETE DO PREFEITO

Corrigenda

Na publicação do dia 27/09/17, fls. 02 no Ato do Prefeito - Termo de Convênio de Cooperação para cessão de servidores....
Onde se lê: Extrato nº 002/2017, Leia-se: Extrato nº 035/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO Nº 28/2017 - SMA

INSTRUMENTO: Terceiro Termo Aditivo nº 15/2017 ao Contrato nº 01/2016 **PARTES:** Município de Niterói, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Administração e a empresa **ATAC ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM AR CONDICIONADO LTDA-EPP. OBJETO:** Prorrogação de prazo do Contrato nº 01/2016 referente a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas máquinas de ar condicionado, com fornecimento de peças novas, para atendimento ao prédio do Centro Administrativo de Niterói – CAN, do almoxarifado e da sala do CPD, nas mesmas condições avençadas inicialmente no contrato original. **PRAZO:** 05 (cinco) meses, a contar de 1º de outubro de 2017. **VALOR:** R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais). **VERBA:** P. T. nº 17.01.04.122.0001.2800; C.D. nº 33.9039.00; FONTE 108; Nota de Empenho nº 2398, datada de 28/09/2017. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93; em especial o art. 57, Inciso II e despachos contidos no processo nº 020/2801/2017. **Data da Assinatura:** 29 de setembro de 2017.

Despacho do Secretário

Adicional- Deferido
20/4083/17

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DESPACHOS DO PRESIDENTE DO FCCN

30/10902/17 – JOSÉ LUIZ FRANCO VELHO. - POR UNANIMIDADES DE VOTOS, FOI DADO PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, REFORMANDO A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, CONSEQUENTEMENTE, PROVENDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

30/9476/17 – REGINA KAPLAN. - POR UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI DADO PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, REFORMANDO A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, CONSEQUENTEMENTE, PROVENDO O PEDIDO DE ISENÇÃO DE IPTU DA INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 045.486-8, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

30/4361/17 – CLAU MIR REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. - POR UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, CONSEQUENTEMENTE, NÃO PROVENDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

30/12135/16 – WILSON LOUBACK E S/M. - POR SETE (07) VOTOS, CONTRA UM (01), FOI NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, CONSEQUENTEMENTE, NÃO PROVENDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

30/8326/16 – ENDORÁDIO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. - POR UNANIMIDADE DE VOTOS, O RECURSO NÃO FOI CONHECIDO, FACE SUA INTEMPESTIVIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

RESOLUÇÃO SMF Nº 020/SMF/2017

Dispõe sobre procedimentos e exigências relativos ao controle de responsabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda, necessários para a concessão de incentivos fiscais aos contribuintes do ISS e do IPTU que apoiem projetos culturais.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e considerando o disposto no Capítulo III do Decreto nº 12.7474/2017 e o art. 38 do Decreto nº 10.767/2010,

RESOLVE:

Título I – Da Inscrição do Projeto Cultural

Art. 1º. Após a aprovação do projeto cultural que fará jus ao incentivo fiscal de que trata a Lei nº 3.182/15, a Fundação de Arte de Niterói – FAN – encaminhará processo administrativo à Secretaria Municipal de Fazenda – SMF – contendo informações sobre o projeto aprovado para que seja feita sua inscrição temporária.

Parágrafo único. O tipo do processo referido no caput será denominado “Inscrição de Projeto Cultural”.

Art. 2º. No processo, deverão ser obrigatoriamente informados:

I – nome, endereço, e-mail, telefone para contato e nº do CPF ou CNPJ do proponente do projeto;

II – descrição do projeto informando quanto aos tipos de atividades a serem promovidas.

Art. 3º A Coordenação de Cadastro Mobiliário fará a inscrição temporária do projeto aprovado com os dados constantes do processo, atribuindo a titularidade da inscrição ao proponente do projeto e estabelecendo seu termo de encerramento em 31 de dezembro do ano seguinte ao da inscrição.

Art. 4º Após a inscrição do projeto, o processo será devolvido à FAN para emissão do Certificado de Aprovação do Projeto, contendo, em seus autos, o Boletim de Inscrição Cadastral – BIC – e o despacho informando sobre a inscrição.

Título II – Da Autorização do Valor de Incentivo Fiscal

Art. 5º De posse do Certificado de Aprovação do Projeto, o proponente terá direito a obter, de prováveis incentivadores, a Declaração de Intenção – DI - que deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

I – valor da proposta de incentivo, com a discriminação do montante que será incentivado visando à dedução do ISS e do montante que será incentivado visando à dedução do IPTU;

II – modalidade do incentivo, ou seja, se ele ocorrerá sob a forma de doação ou patrocínio;

III – número de inscrição do incentivador no cadastro mobiliário da Secretaria Municipal de Fazenda, quando o incentivo visar à dedução de ISS;

IV – número da matrícula do imóvel cujo titular é o incentivador, quando o incentivo visar à dedução do IPTU;

V – número da inscrição do projeto cultural, na forma estabelecida nos arts. 1º a 4º.

§1º A inscrição de que trata o inciso III não poderá corresponder a canteiro de obra ou a qualquer outro estabelecimento inscrito em caráter temporário.

§2º Será vedada a reunião, numa mesma DI, de inscrições municipais referentes a CNPJ distintos, ainda que se refiram a uma mesma pessoa jurídica;

§3º O incentivador poderá incluir, em sua DI, matrículas de imóveis distintos de sua própria titularidade, em caráter exclusivo ou em comunhão com seu cônjuge ou companheiro, sendo vedada a inclusão de matrículas de imóveis cuja titularidade do incentivador se der em condomínio com outros titulares

§4º A pessoa jurídica não poderá incluir, em sua DI, matrículas de imóveis de titularidade de seus sócios.

Art. 6º Após receber o formulário da DI devidamente preenchido e assinado pelo incentivador e pelo proponente do projeto, a FAN o remeterá para a SMF mediante processo administrativo, cujo tipo será denominado “Autorização do Valor de Incentivo Fiscal”, para que seja submetido à análise do Superintendente da Receita.

Art. 7º O Superintendente da Receita determinará o valor que o incentivador poderá deduzir do ISS e do IPTU relativamente ao projeto cultural referido na DI, observadas, cumulativamente, as seguintes premissas:

I – o valor previsto no caput será limitado a 100% (cem por cento) do valor investido sob forma de doação ou 70% (setenta por cento) do valor investido sob a forma de patrocínio;
II – a soma dos valores que poderão ser deduzidos dos impostos a serem cobrados de um mesmo incentivador, em razão do investimento em projetos mencionados em diversas DI apresentadas durante um mesmo ano, corresponderá a, no máximo, 20% (vinte por cento) dos valores devidos de ISS e IPTU pelo incentivador no ano imediatamente anterior ao da apresentação das DI.

Art. 8º. O valor do incentivo determinado pelo Superintendente da Receita será autorizado pelo Subsecretário de Gestão e Administração Fazendária caso este montante, somado aos demais valores de incentivo cultural já aprovados no ano, não ultrapasse o limite de 1% (um por cento) da receita global proveniente do pagamento referente ao ano anterior do ISS e do IPTU, considerando a que imposto se propõe a dedução.

Art. 9º Autorizado o valor do incentivo, o processo contendo a DI será encaminhado à FAN para emissão do documento comprobatório de captação de recurso a ser entregue ao proponente, possibilitando que este providencie o depósito dos valores autorizados na conta bancária aberta especificamente para a destinação dos valores de incentivo ao projeto referido na DI.

Art. 10. Todos os processos contendo as DI relacionadas a um mesmo projeto deverão ser apensados ao processo que originou a inscrição temporária do projeto.

Título III – Da Dedução dos Valores de Incentivo à Cultura

Art. 11. Depois que o proponente provar ter captado totalmente os recursos autorizados como dedutíveis do ISS e do IPTU, mediante comprovantes dos depósitos na conta bancária especial do projeto, a FAN deverá formar um processo administrativo com os referidos comprovantes, devendo ser apensado a este o processo de inscrição do projeto, observado o disposto no art.10.

Art. 12. O processo formado de acordo com o disposto no art.11 deverá ser protocolado sob o tipo “ Dedução dos Valores de Incentivo à Cultura” e remetido à SMF, onde será apreciado inicialmente pelo Superintendente de Fiscalização Tributária, que o remeterá para as coordenações responsáveis pelo lançamento do ISS e do IPTU para que sejam feitas as devidas deduções nos lançamentos dos impostos de acordo com o estipulado nas DI autorizadas relativas ao projeto cuja captação foi comprovada.

Art. 13. Para que o incentivo fiscal mediante dedução do IPTU atinja o crédito tributário do imposto correspondente ao ano seguinte ao da aprovação do projeto cultural, o processo referido no art.12 deverá chegar à SMF até 15 de setembro do ano da aprovação; passado este prazo, a dedução do imposto só será efetuada no ano sucedente ao seguinte.

Parágrafo único. A dedução de incentivo fiscal será computada no valor do IPTU apresentado no carnê anual do imposto, com a indicação do benefício destacada no corpo do carnê.

Art. 14. A dedução do incentivo fiscal relativa ao ISS será operacionalizada mediante a amortização de valores declarados ou lançados a título de crédito do imposto a partir do mês de chegada do processo à SMF.

Título IV – Da Emissão de Documentos Fiscais Relativos ao Projeto Incentivado

Art. 15. Para que se comprove a correta aplicação dos recursos auferidos pelo proponente com a lei de incentivo, deverão ser observadas as seguintes disposições:

I – todas as notas fiscais de serviços tomados pelo proponente na execução do projeto deverão ser emitidas indicando-se, no campo de inscrição municipal do tomador dos serviços, o número da inscrição do projeto;

II – o proponente deverá emitir notas fiscais de todos os serviços prestados por ele próprio na execução do projeto, utilizando-se do número de inscrição do projeto e atendendo às seguintes regras:

a) quando os serviços forem remunerados com a receita de venda de ingressos, convites e outras formas de controle de pagamento do público em geral pelo direito de assistir a apresentações, exposições ou exposições de música, teatro, dança, cinema, artes plásticas e outras manifestações artísticas ou culturais, deverá ser emitida uma nota fiscal coletiva de serviços a cada dia de apresentação, exibição ou exposição, informando, como valor da nota, a receita total auferida no dia;

b) quando os serviços forem remunerados mediante pagamento feito por alunos e participantes de cursos, treinamentos e outras atividades relacionadas à formação, à capacitação ou ao treinamento de pessoas, deverá ser emitida uma nota fiscal coletiva de serviços a cada mês de duração do curso ou treinamento, informando, como valor da nota, a receita total auferida no mês;

c) quando os serviços forem integralmente remunerados pelos recursos investidos pelos incentivadores, deverá ser emitida nota fiscal de serviços com os campos destinados às informações do tomador deixados em branco, explicando-se, no campo de descrição dos serviços, que estes foram remunerados com os recursos investidos no projeto.

Art. 16. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAPÊ, BADÚ E MATAPACA

Extrato 3

INSTRUMENTO: TERMO DE AJUSTE DE CONTA E PAGAMENTO Nº001/2017.

PARTES: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAPÊ, BADÚ E MATAPACA E HERMÍNIO DA SILVA DAS OLIVEIRAS. **OBJETO:** CONSTITUI OBJETO DESTE TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E PAGAMENTO O CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ESTÁ SEDIADA A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAPÊ, BADÚ E MATAPACA NO PERÍODO DE 01/01/2017 ATÉ 04/09/2017, NO VALOR DE 25.360,00 (vinte cinco mil trezentos e sessenta reais). **VERBA:** PROGRAMA DE TRABALHO Nº 04.122.0001.2747, CÓDIGO DE DESPESA Nº 3.3.9.0.36.16.00.00, FONTE 100, NOTA DE EMPENHO Nº 002472, DATA DE 09/10/2017, NO VALOR DE 25.360,00 (vinte cinco mil trezentos e sessenta reais).

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

RESOLUÇÃO PGM Nº 26, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

RETIFICA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO PGM Nº 23, DE 27 DE Setembro DE 2017.

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe foram conferidas,

CONSIDERANDO a provocação, via Ofício nº 017/2017/APMNIT, da Associação dos Procuradores do Município de Niterói – APMNIT para alteração da Resolução PGM nº 23, de 27 de setembro de 2017, que trata da promoção por merecimento no âmbito da carreira de Procurador do Município de Niterói; e

CONSIDERANDO a parcial pertinência dos argumentos ali apresentados e a oportunidade de efetuar correções substanciais e formais na citada Resolução;

RESOLVE:

Art. 1º. Os dispositivos a seguir enumerados, da Resolução PGM nº 23, de 27 de setembro de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º.**

a) cargo símbolo SM: 20 pontos;

d) cargos símbolo CC3 referentes à Assistência à Chefia: 10 pontos;

e) Chefia do CEJUR, cargos símbolo CC1 e CC2: 5 pontos;

f) cargos símbolo CC4 e CC5, exercício de dupla lotação, participação em conselhos, e função gratificada: 4 pontos.

§ 1º. O preenchimento dos requisitos dos incisos I e II será demonstrado por meio de documentação hábil, providenciada pelo interessado.”

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

A **PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista delegação de competência que lhe confere o Decreto 6150/91,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, **ELIANA CRISTINA GUIMARÃES PEREIRA**, da gratificação equivalente ao símbolo **FMS-5/SUS**, da Vice-Presidência de Atenção Hospitalar e de Emergência, da Fundação Municipal de Saúde, da função de **Chefe da Divisão Administrativa**, a contar de 01/10/2017. (**PORTARIA FMS/FGA Nº 211/2017**).

Atribuir, a contar de 01/10/2017, a **MIRIAN DE FREITAS PEREIRA**, a gratificação equivalente ao símbolo **FMS-5/SUS**, da Vice-Presidência de Atenção Hospitalar e de Emergência, da Fundação Municipal de Saúde, na função de **Chefe da Divisão Administrativa**, em vaga decorrente da dispensa de Eliana Cristina Guimarães Pereira. (**PORTARIA FMS/FGA Nº 212/2017**).

Dispensar, a pedido, **MIRIAN DE FREITAS PEREIRA**, da gratificação equivalente ao símbolo **FMS-6/SUS**, da Vice-Presidência de Atenção Hospitalar e de Emergência, da Fundação Municipal de Saúde, da função de **Chefe do Serviço de Sistemas de Gestão e Faturamento**, a contar de 01/10/2017. (**PORTARIA FMS/FGA Nº 213/2017**).

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Atos do Presidente

PORTARIA FME Nº 816/2017

O **PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso de atribuições legais estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º: Designar, em conformidade com o Decreto Nº 11.950/2015, como **Gestor**, Sr. Marcos Vinícius Miranda Apolinário, Diretor do Departamento do Departamento de Tecnologia da Informática/FME, Matrícula 241.198-9 e, como **Fiscais**, Amaury Resende da Silva, matrícula 235.161-7 e Ernani Vasconcellos de Paiva, matrícula 234.607-0, ambos Coordenadores de Tecnologia da Informática, do **Contrato Nº 064/2017**, o qual tem por objeto a *prestação de serviços de tecnologia da informação*, compreendendo as atividades de desenvolvimento e manutenção de *sites* e portais *web*, celebrado entre a FME e a COMUNICAÇÃO INFINITA LTDA/ME, Processo Administrativo Nº 210/0842/2017.

Art. 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 06 de setembro de 2017.

PORTARIA FME Nº 817/2017.

O **PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso de atribuições legais estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º: Designar, em conformidade com o Decreto Nº 11.950/2015, como **Gestora**, Ivone Albertino Rosa, Matrícula 219.379-5, Diretora do Departamento de Alimentação Escolar/FME e, como **Fiscais**, Cláudia Cristina Alves Torres, Agente de Administração Educacional, Matrícula 237.394-2 e Vicentina Ribeiro Vianna Supervisora Educacional Especial, Matrícula 233.272-4, ambas lotadas no Departamento de Alimentação Escolar / FME, do **Contrato Nº 050/2017**, o qual tem por objeto a aquisição de fogões para atender as necessidades das Unidades Municipais de Educação de Niterói, celebrado entre a FME e a LLS COMÉRCIO E SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI - ME, Processo Administrativo Nº 210/0873/2017.

Art. 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

TERMO DE CONTRATO Nº 050/2017

Instrumento: TERMO DE CONTRATO Nº 050/2017. **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI – FME E A LLS COMÉRCIO E SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI - ME. **Objeto:** O presente Contrato tem por objeto a aquisição de fogões para atender as necessidades das Unidades Municipais de Educação de Niterói, conforme solicitação do Departamento Administrativo/FME, através do Ofício ADM/FME 019P/2017, às fls. 02 do Processo Administrativo 210/0873/2017. **Prazo:** O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, cujo início será contado a partir da data do recebimento da primeira Ordem de Execução da compra contratada, conforme previsto no item 21.2 do Edital de Pregão Presencial Nº 005/2017. **Valor Total:** R\$ 32.385,00 (trinta e dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais), à conta do Programa de Trabalho Nº 12.361.0043.1481; Código de Despesa 3.4.4.9.0.52.00.00.00; Fonte: 205; Nota de Empenho: 000976/2017. **Gestora/Fiscais:** De acordo com a Portaria FME Nº 817/2017. **Fundamento Legal:** Lei 10.520/2002; Decreto Municipal 9.614/2005; Lei Complementar 123/2006; Lei 8.666/93. **Processo:** 210/0873/2017. **Data da Assinatura:** 30/08/2017.

TERMO DE CONTRATO Nº 064/2017

Instrumento: TERMO DE CONTRATO Nº 064/2017. **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI – FME E A COMUNICAÇÃO INFINITA LTDA/ME. **Objeto:** O presente Contrato tem por objeto a *prestação de serviços de tecnologia da informação*, compreendendo as atividades de desenvolvimento e manutenção de *sites* e portais *web*, conforme solicitação, através do Ofício FME/DTI Nº 001/2017 às fls. 02, e Termo de Referência às fls. 131/140, constantes do Processo Administrativo 210/0842/2017. **Prazo:** 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato. **Valor Total: R\$ 20.599,92** (vinte mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos) à conta do Programa de Trabalho Nº 12.361.0042.1120; Código de Despesa 3.3.3.9.0.39.00.00.00; Fonte: 205; Nota de Empenho: 001094/2017. **Gestor/Fiscais:** De acordo com a Portaria FME Nº 816/2017. **Fundamento Legal:** Art. 22, III, § 3º da Lei Nº 8.666/93 **Processo:** 210/0842/2017. **Data da Assinatura:** 06/09/2017.

FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI – FAN

PORTARIA/FAN/181/17

Art. 1º - Fica transformado um (01) cargo de Divisão de Teoria e Pesquisa Curadoria e Documentação – símbolo CC-1; um (01) cargo de Divisão de Apoio Adm. Operacional – símbolo CC-1 e um (01) cargo de Divisão de Desenvolvimento Cultural – símbolo CC-1, para um (01) cargo de Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais – símbolo DD da Presidência, da Fundação de Arte de Niterói – FAN.

Art. 2º - As transferências contidas na presente Portaria não implicarão em qualquer aumento de despesa.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA/FAN/182/17 - Considera nomeada, a contar de 09/10/2017, **LIA CABRAL BARON**, para cargo em comissão de Diretor de Planejamento e Projetos Especiais – símbolo DD, da Presidência, da Fundação de Arte de Niterói - FAN.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI – CLIN
Despacho do Presidente

Termo Aditivo nº 01/17 ao Contrato de locação nº 09/15, celebrado entre a CLIN- Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói e de outro lado, como locador, SR. DOUGLAS LOFEU RAPIZO, objeto: prorrogação de prazo – fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato ora editado, a contar de 01 de outubro de 2017, por mais 12 meses. Com o valor global de R\$ 24.000,00; Fundamento Legal: da Lei Federal nº 8.666/93 e nº 8.245/91, Processo Administrativo nº 520/000.810/17.

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA
ATO DO PRESIDENTE
EXTRATO

Página 4

INSTRUMENTO: Termo aditivo nº 02 ao contrato nº 36/2016; PARTES: EMUSA E EXPED CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP; OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo alteração do valor contratual, em virtude de acréscimo quantitativo do objeto de acordo, correspondendo 14,61% do valor do contrato; VALOR: R\$ 48.708,19 (quarenta e oito mil setecentos e oito reais e dezenove centavos); RECURSOS: As despesas decorrentes deste, correrão a conta do PT 1051.04.452.0010.1226, Natureza da Despesa 4.4.90.51.00, Fonte 108, do orçamento desta empresa para este exercício; FUNDAMENTO: art. 58, I, c/c o art. 65, I “B” e seu paragrafo primeiro, parte final, todos da Lei nº 8666/93; DATA: 03/10/2017. Proc. Nº 510001712/2016 e 510003934/2016. – Presidente da EMUSA - Niterói, 03 de outubro de 2017.